



Número: **0809458-23.2019.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **05/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 27.114,18**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MICHAEL JACKSON MENEZES DE SOUSA (AUTOR)		ABEL MAIA registrado(a) civilmente como ABEL ICARO MOURA MAIA (ADVOGADO) Adriano Clementino Barros (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data	Documento	Tipo
81640668	02/05/2022 09:42	RECURSO DE APELAÇÃO	Petição

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA SEXTA VARA CÍVEL
DA COMARCA DE MOSSORÓ - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCESSO ORIGINÁRIO Nº 0809458-23.2019.8.20.5106

RECORRENTE: MICHAEL JACKSON MENEZES DE SOUSA

RECORRIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT.

MICHAEL JACKSON MENEZES DE SOUSA, amplamente qualificado nos Autos da Ação em epigrafe, representado por advogado legalmente habilitado (Termo de procuração nos Autos), abaixo firmado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 1.009 do Código de Processo Civil, interpor tempestivamente RECURSO DE APELAÇÃO, motivado nos fatos e fundamentos externados nas Razões de Apelação.

Deixa a Recorrente de realizar preparo para o presente Recurso, pois foi deferida a benesse da gratuidade judiciária. Pedido de gratuidade judiciária que reformula, apenas por precaução.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do Recurso de Apelação interposto, **requer do Augusto Julgador o processamento regular do feito, com posterior remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Justiça do Rio Grande do Norte, para o reexame da matéria impugnada.**

Nestes termos, aguarda deferimento.

Mossoró/RN, 2 de maio de 2022.

ABEL ICARO MOURA MAIA
ADVOGADO OAB/RN 12.240

Mossoró/RN: R. Desembargador Dionísio Filgueira, 419, CEP: 59610-090, Centro

Mossoró/RN: Vila Maísa, 12240, CEP: 59649-899, Área Rural

Campaná do Mel/RN: R. Colono Severino Lazaro da Costa, 12, CEP: 59663-000, Vila Brasília

(84) 9.9482-4082

(84) 9.9980-4244

☎ (84) 9.8773-3770

abelmaiaadv@gmail.com



AO TRIBUNAL JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

RAZÕES DE APELAÇÃO

EGRÉGIO TRIBUNAL E EMÉRITOS JULGADORES

1. Nos termos do Código de Processo Civil, "Art. 1.013. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada."
2. Por esta razão, e inconformado com a Sentença prolatada pelo Juízo *a quo*, a qual vai de encontro com a atual situação da Autora, onde é evidente a permanência das lesões provocadas pelo acidente, a Parte Autora passa a recorrer, requerendo a anulação da Sentença, o retorno dos autos ao Juízo *a quo* e devendo no Juízo de origem ser determinada a realização de um nova perícia frente a fato da perícia realizada não ter retratado as lesões existente na Demandante.

I. DA PRELIMINAR

3. A Parte Autora com as devidas vênias, vem respeitosamente perante os Eméritos Julgadores, de maneira preliminar informa que, conforme consta em petição de ID 76652567, a Recorrente após perceber o erro da análise do Expert, requereu que o Julgador guerreado determinasse uma contraprova ao ato pericial.
4. Contudo em sentença o Magistrado informou que a Parte Autora não provou nos autos as lesões que a mesma tem, ora Eméritos Julgadoras, se foi justamente por isso que se solicitou um novo ato pericial, como poderia a Demandante provar algo além dos documentos já juntados, somente por meio de perícia que foi indefira pelo Magistrado.
5. Perceba Eméritos Julgadores que o Juízo de piso sequer se atentou para a manifestação da Autora ao Laudo Pericial, prolatando sentença com base unicamente no laudo impugnado.
6. Neste sentido requer que este Tribunal perceba a nulidade da sentença, pois pela sua própria fundamentação percebe-se a carência na instrução processual dos autos, sendo de suma importância o retorno dos autos a Vara de origem para ser realizado novo ato pericial



para se buscar um laudo mais conciso a realidade da Demandante que se encontra com lesões definitiva motivadas no acidente automobilístico.

II. DIREITO FUNDAMENTAL A PROVA

7. Conforme já relatado linhas pretéritas, o Magistrado ao proferir a r. Sentença **JULGOU IMPROCEDENTE A DEMANDA COM BASE EM UM LAUDO QUE FORA IMPUGNADO PELA AUTORA.**

8. Mesmo a Recorrente solicitando uma contraprova com a realização de uma nova perícia, o Magistrado julgou o processo informando que a Demandante não tinha se manifestado sobre o laudo, um enorme absurdo, resta provado que a Requerente além de ter se manifestado, rechaçou o laudo e ainda requereu um novo ato pericial.

9. O direito à prova é uma garantia constitucional. Ao dispor que "*são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos*" (art. 5º, LVI), a Constituição assevera que, desde que admissíveis, há direito fundamental à prova no processo civil. Ademais, a admissibilidade da prova prende-se às qualidades de alegação de fato a provar: sendo controversa, pertinente e relevante, há direito à produção da prova, constituindo o seu indeferimento evidente violação desse direito fundamental.

10. Seguindo esse entendimento, Canotilho refere que o direito fundamental à prova não possui a merecida atenção por parte da doutrina, sendo normalmente inserido em outros direitos constitucionais, como o direito de defesa, ao contraditório, ou a vedação ao uso de provas ilícitas.[2] Por outro lado, há autores que trazem como fundamento para o direito constitucional à prova o § 2º do art. 5º da Constituição Federal que assim dispõe: "*Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte*".[3]

11. Destarte, pode-se considerar a existência de direitos fundamentais expressos não impede a existência de outros implícitos na própria Constituição ou previstos em tratados internacionais firmados pelo Brasil.

12. Quanto aos tratados internacionais ratificados pelo Brasil, o direito à prova é assegurado pelo Pacto de São José da Costa Rica (Decreto 678 de 6 de novembro de 1992), pelo Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (Decreto 592 de 16 de dezembro de



1992), pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem (1950) e pela Declaração de Direitos e Liberdades Fundamentais (12 de abril de 1989). Além disso, destaca-se o teor dos artigos 1º e 396 do Código de Processo Civil, os quais devem ser utilizados como princípios basilares no que tange a apreciação do direito à prova:

Art. 1º O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se as disposições deste Código.

Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

13. Diante do exposto, tendo em vista as irregularidades apontadas, diante do cerceamento do direito de defesa/produção de prova, uma vez que o polo ativo não seu pedido de contraprova sequer analisado (o Magistrado informou que a parte sequer se manifestou sobre o laudo), requer que seja reconhecida a nulidade da Sentença de primeiro grau, para que seja reconhecida a necessidade de um novo ato pericial, remetendo os autos a Juízo de origem para que seja realizada nova perícia com Expert no assunto para ser provada a existência das lesões na Demandante, tudo por ser obra da mais pura e lúdima justiça !

REQUERIMENTO

Em face do exposto:

Caso não tenha sido rebatido toda a matéria resta impugnada.

a) **Requer a Recorrente que, sejam os presentes autos remetidos ao Juízo a quo, pois diante da impugnação ao Laudo realizado pela Autora resta necessário a realização de um novo ato pericial, pois o que consta nos autos não representa a realidade física da Recorrente, em respeito ao princípio da Ampla Defesa e do Contraditório;**



E mais, requer que os Recorridos em grau de recurso sejam condenados em custas processuais e honorárias advocatícios, estes na proporção de 20% sobre o valor da condenação.

Por ter reconhecida sua gratuidade judiciária, requer a ratificação do pedido, não tendo que se falar em pagamento de custa processual e honorário advocatício.

Mossoró, RN, 2 de maio de 2022.

ABEL ICARO MOURA MAIA
ADVOGADO OAB/RN 12.240

